

# MEDIDA CAUTELAR

## CADASTRO DE INADIMPLENTES

### INEXISTÊNCIA DE BENS E FILHOS — MULHER RETORNANDO À UTILIZAÇÃO DO SOBRENOME DE SOLTEIRA

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DE ..... (Por dependência aos autos n. ..../...).  
....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º .....,  
residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ..... e ....., brasileiro (a),  
(estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e  
domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua)  
advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à  
Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui  
respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO  
CONSENTIMENTO pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS 1 - Os autores são  
casados desde o dia .... de ..... de ....., conforme certidão de casamento anexa (doc. ....). 2 - A partir do  
terceiro mês de casamento começaram as desavenças entre o casal, que culminaram na separação de  
corpos concedida através de medida cautelar datada de .... de ..... de ..... (doc. ...). 3 - Buscam os  
autores através deste intento, que lhes seja regularizada a situação de separados, no que transigem vez que  
encontram-se residindo em endereços diversos desde então. 4 - Não há bens a serem partilhados. 5 - A  
autora volta a usar o nome de solteira ..... 6 - Da união dos cônjuges não resultou prole. DO DIREITO A  
presente encontra fulcro no art. 4º e ss da Lei n. 6.515/77 e arts. 1.120 a 1.124 do C.P.C. A separação  
consensual é mais vantajosa para os interessados, uma vez que têm eles a possibilidade de acordar sobre  
fatos que o magistrado imporá nos casos de separação litigiosa. O Estado prima por este meio, uma vez  
que menos dispendioso e melhor para os interessados, uma vez que estes encontram-se inteiramente  
decididos pelo encerramento da união marital. DOS PEDIDOS Isto posto, requer a Vossa Excelência que: a)  
- digne-se homologar a presente separação consensual, determinando sua averbação no Cartório de  
Registro Civil, para que produza os devidos efeitos legais; b) seja ouvido o representante do Ministério  
Público; c) seja admitida a produção de todos os meios de prova em direito permitidos, depoimento pessoal  
das partes, ouvida de testemunhas e prova documental (juntada de novos documentos). d) sejam os  
presentes autos apensados aos de Separação de Corpos n. .... Dá-se à causa o valor de R\$ ....., Nesses  
Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB